

A PARTICIPAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO NO DESENVOLVIMENTO DE UMA MENTALIDADE DE DEFESA NO BRASIL

THE PARTICIPATION OF ARMY ORGANIZATIONS IN THE DEVELOPMENT OF A DEFENSE MENTALITY IN BRAZIL

LA PARTICIPACIÓN DE ORGANIZACIONES MILITARES DEL EJÉRCITO EN EL DESARROLLO DE UNA MENTALIDAD DE DEFENSA EN BRASIL

PIRAJU BOROWSKI MENDES¹

RESUMO

Um manuscrito conhecido como “Compromisso Imortal”, de 1645, é a primeira manifestação conhecida sobre a mentalidade de defesa da “Pátria” no Brasil. Independência e República foram proclamadas sem uma mobilização nacional em torno do tema “defesa”; a Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870) e a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial (1943-1945) tampouco inflamaram o povo brasileiro para a necessidade de se pensar em defesa: não se percebia nem se percebe hoje que o Brasil esteja sob ameaça. Por outro lado, o Exército Brasileiro goza de elevados índices de credibilidade e respeitabilidade. Em sua passagem pelo Serviço Militar, os jovens internalizam importantes valores, como civismo, patriotismo, responsabilidade, honestidade, espírito de equipe, senso de cumprimento do dever e mentalidade de defesa. Interações entre organizações militares e segmentos civis da sociedade contribuem para desenvolver uma mentalidade de defesa. Mas, quais são as iniciativas nesse sentido? Que condições ambientais as favorecem? Quais são passíveis de duplicação? O objetivo do presente estudo é investigar a contribuição das organizações militares para desenvolver uma mentalidade de defesa no Brasil.

Palavras-chave: Mentalidade de Defesa. Forças Armadas. Sociedade Brasileira. Defesa Nacional. Valores da Sociedade.

ABSTRACT

A manuscript known as "Immortal Commitment", 1645, is the first known manifestation of the mentality of defense of the "Patria" in Brazil. Independence and Republic were proclaimed without a national mobilization around the theme "defense"; the War of the Triple Alliance (1865-1870) and Brazil's participation in the 2nd World War (1943-1945) did not ignite the Brazilian people to the need to think about defense: it was not perceived then, nor is it perceived today, that Brazil is under threat. On the other hand, the Brazilian Army enjoys high levels of credibility and respectability. In their passage through military service, young people internalize important values such as civic pride, patriotism, responsibility, honesty, team spirit, sense of duty and defense mentality. Interactions between military organizations and civilian segments of society contribute to develop a defense mentality. What are the initiatives leading to this? What environmental conditions favor this mentality? Which of them are subject to duplication? The aim of this study is to investigate the contribution of military organizations to develop a defense mindset in Brazil.

Keywords: Defense Mentality. Armed Forces. Brazilian Society. National Defense. Society Values.

RESUMEN

Un manuscrito conocido como “Compromiso Imortal” (Compromiso Inmortal), de 1645, es la primera manifestación conocida sobre la mentalidad de defensa de la “Patria” en Brasil. La Independencia y la República se proclamaron sin una movilización nacional alrededor del tema “defensa”; la Guerra de la Triple Alianza (1865-1870) y la participación de Brasil en la II Guerra Mundial (1943-1945) tampoco inflamaron al pueblo brasileño hacia la necesidad de pensarse en la defensa: no se percibía ni se percibe hoy que Brasil esté bajo amenaza. Por otro lado, el Ejército Brasileño goza de elevados índices de credibilidad y respetabilidad. En su paso por el Servicio Militar, los jóvenes internalizan importantes valores, como civismo, patriotismo, responsabilidad, honestidad, espíritu de equipo, sentido de cumplimiento del deber y mentalidad de defensa. Interacciones entre organizaciones militares y segmentos civiles de la sociedad contribuyen para desarrollar una mentalidad de defensa. Pero, ¿cuáles son las iniciativas en este sentido? ¿Qué condiciones ambientales las favorecen? ¿Cuáles permiten duplicación? El objetivo del presente estudio es investigar la contribución de las organizaciones militares al desarrollo de una mentalidad de defensa en Brasil.

Palabras clave: Mentalidad de Defensa. Fuerzas Armadas. Sociedad brasileña. Defensa nacional. Valores de la sociedad.

¹ 3a Divisão do Exército (DE), Santa Maria - RS, Brasil

E-mail: <coronelborowski@hotmail.com>

Mestre e doutor em Ciências Militares (ECEME)

I INTRODUÇÃO

A primeira manifestação de mentalidade de defesa no Brasil está no “Compromisso Imortal”, de 1645, para defender a Pátria contra invasores holandeses, unindo os brancos, índios e negros que formariam a nação brasileira.

Embora os documentos que orientam a defesa no Brasil recomendem o desenvolvimento da mentalidade de defesa, não há registro oficial de como as organizações militares (OM) vem contribuindo para isso.

Neste estudo, será denominado *mentalidade de defesa* o grau de importância que a sociedade atribui aos assuntos de Defesa Nacional e, por consequência, às Forças Armadas, mensurável pelo percentual do PIB destinado à Defesa, que no Brasil está abaixo de 2% e vem diminuindo há mais de dez anos.

Por demandar uma pesquisa mais profunda, a relação entre as ações das OM e o parâmetro PIB de Defesa está fora do escopo do presente trabalho, que explora a mentalidade de defesa no conteúdo dos principais diplomas legais versando sobre defesa, e reúne qualitativamente algumas percepções de civis e militares a respeito dessas ações.

A título de ilustração, este estudo apresenta iniciativas do 3º Regimento de Carros de Combate (Ponta Grossa – PR), passíveis de duplicação, e de outras OM também capazes de contribuir para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no País.

O objetivo da pesquisa é mostrar que qualquer OM, sob quaisquer circunstâncias, pode contribuir para a mentalidade de defesa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Fundamentação Teórica

Como fundamentação teórica, o estudo investiga alusões à mentalidade de defesa nos principais documentos oficiais sobre o tema: a Política de Defesa Nacional, a Estratégia Nacional de Defesa, a Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período 2011-2014, o Livro Branco de Defesa Nacional e a atual versão da Política Nacional de Defesa.

2.1.1 Política de Defesa Nacional

A Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005) prega o “envolvimento dos setores militar e civil, em todas as esferas do Poder Nacional” e pretende conscientizar “todos os segmentos da sociedade brasileira de que a defesa da Nação é um dever de todos os brasileiros”.

6.20 O desenvolvimento de mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira é fundamental para sensibilizá-la acerca da importância das questões que envolvam ameaças à soberania, aos interesses nacionais e à integridade territorial do País (BRASIL, 2005).

A unipolaridade e as assimetrias de poder sugerem a estratégia da resistência, dependente da crença da sociedade em uma mentalidade de defesa – que pode ser desenvolvida a partir de iniciativas das OM; a multipolaridade induz os Estados a voltar seus esforços para a expressão científico-tecnológica do Poder Nacional – que pode ser estimulada por iniciativas das organizações militares. Portanto, em ambas as perspectivas, as OM podem contribuir para uma mentalidade de defesa.

O investimento do Estado em tecnologia avançada reduz vulnerabilidades e eleva a eficiência dos sistemas administrativos e militares; já a simples percepção da cobiça internacional sobre reservas naturais contribui para desenvolver mentalidade de defesa. Daqui desprende-se a oportunidade para as OM estimularem a pesquisa acadêmica em áreas que vão da administrativa à militar.

A presença de atores não-estatais no espectro dos conflitos denota a participação conjunta civil-militar nas atividades de defesa e a cooperação regional, compreendendo todos os campos do Poder Nacional, servindo de tema para eventos de iniciativa das OM.

3.6 Como consequência de sua situação geopolítica, é importante para o Brasil que se aprofunde o processo de desenvolvimento integrado e harmônico da América do Sul, o que se estende, naturalmente, à área de defesa e segurança regionais (BRASIL, 2005).

O segmento de produtos e serviços de defesa constitui nicho de mercado caracterizado por alta tecnologia que, desenvolvida no país, contribui para a dissuasão. As OM que estimulam pesquisas e estudos acadêmicos, mesmo em temas indiretamente relacionados a defesa, como pesquisa básica de produção de energia, fisiologia do esforço, análise de organização e métodos, bem como as engenharias de materiais, de alimentos e de produção, contribuem para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa.

Os objetivos da defesa nacional indicam que o assunto interessa a todos os brasileiros:

- I - a garantia da soberania, do patrimônio nacional e da integridade territorial;
- II - a defesa dos interesses nacionais e das pessoas, dos bens e dos recursos brasileiros no exterior;
- III - a contribuição para a preservação da coesão e unidade nacionais;
- IV - a promoção da estabilidade regional;
- V - a contribuição para a manutenção da paz e da segurança internacionais; e
- VI - a projeção do Brasil no concerto das nações e sua maior inserção em processos decisórios internacionais (BRASIL, 2005).

A capacidade militar dissuasória se baseia na “existência de forças armadas modernas, balanceadas e aprestadas” e na “capacidade de mobilização nacional” (BRASIL, 2005), cujo atendimento é de interesse de toda a sociedade.

Para o gerenciamento de crises internacionais, o Governo “determinará a articulação dos diversos setores envolvidos”, entendendo-se a expressão militar como a “capacidade das Forças Armadas e o potencial dos recursos nacionais mobilizáveis” (BRASIL, 2005).

6.9 O fortalecimento da capacitação do País no campo da defesa é essencial e deve ser obtido com o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação. O desenvolvimento da indústria de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento seguro e previsível de materiais e serviços de defesa.

Da citação supra, percebe-se que o desenvolvimento e o envolvimento permanente dos setores governamental, industrial e acadêmico podem ser objeto de eventos promovidos pelas OM, de estímulo à pesquisa científica e, ainda, de absorção de mão-de-obra egressa do serviço militar.

Como a PDN destaca ser imprescindível o fortalecimento da presença militar na Amazônia, e lembra que as ações contraterrorismo e de defesa cibernética são vasto campo de integração interagências e de envolvimento da sociedade, tais temas podem ser explorados pelas OM em suas interações com a sociedade.

De um modo geral, observa-se que as diretrizes estabelecidas pela PDN (BRASIL, 2005) podem ser tema de eventos como seminários, painéis, ciclos e similares, a saber: aprimoramento da logística militar; aperfeiçoamento de dispositivos contra ataques cibernéticos; fortalecimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicações; estímulo à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à capacidade de produção de materiais e serviços de interesse para a defesa; intercâmbio das Forças Armadas entre si e com as universidades, instituições de pesquisa e indústrias, nas áreas de interesse de defesa, dentre outros.

2.1.2 Política Nacional de Defesa²

Dentre as orientações trazidas pela Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012b), ressalta-se que, no gerenciamento de crises internacionais, o Governo “poderá determinar o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, de diferentes formas, visando a preservar os interesses nacionais”

Para desenvolver essa consciência de cidadania, a PND destaca que o Serviço Militar Obrigatório é “a garantia de participação de cidadãos na Defesa Nacional e contribui para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira” (BRASIL, 2012b).

Portanto, nota-se que defesa não é assunto restrito ao MD ou mesmo de interesse exclusivo das Forças Armadas. Diz a PND que: “a expressão militar do

País fundamenta-se na capacidade das Forças Armadas e no potencial dos recursos nacionais mobilizáveis”:

7.7. Os setores governamental, industrial e acadêmico, voltados à produção científica e tecnológica e para a inovação, devem contribuir para assegurar que o atendimento às necessidades de produtos de defesa seja apoiado em tecnologias sob domínio nacional obtidas mediante estímulo e fomento dos setores industrial e acadêmico. A capacitação da indústria nacional de defesa, incluindo o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento de produtos de defesa (BRASIL, 2012b).

Essa integração entre os diferentes segmentos da vida nacional surge novamente na orientação 7.21 da PND:

O Brasil deverá buscar a contínua interação da atual PND com as demais políticas governamentais, visando a fortalecer a infraestrutura de valor estratégico para a Defesa Nacional, particularmente a de transporte, a de energia e a de comunicações. (BRASIL, 2012b)

A PND (BRASIL, 2012b) reitera o alerta contido na PDN (BRASIL, 2005) sobre a essencialidade do investimento do Estado em setores de tecnologia avançada e amplia os seis Objetivos Nacionais de Defesa listados na PDN, com:

VII – manter Forças Armadas modernas, integradas, adestradas e balanceadas, e com crescente profissionalização, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional;
VIII – conscientizar a sociedade brasileira da importância dos assuntos de defesa do País;
IX – desenvolver a indústria nacional de defesa, orientada para a obtenção da autonomia em tecnologias indispensáveis;
X – estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades, dotando-as de pessoal e material compatíveis com os planejamentos estratégicos e operacionais;
XI – desenvolver o potencial de logística de defesa e de mobilização nacional (BRASIL, 2012b)

2.1.3 Estratégia Nacional de Defesa

“Desenvolver a capacidade logística, para fortalecer a mobilidade, sobretudo na região amazônica” (BRASIL, 2012c) denota a importância de o País possuir estruturas de transporte e comando e controle adequadas às nossas características fisiográficas e constitui oportunidade para o estímulo à produção científica nos campos afetos à logística, gerando recursos humanos, materiais e tecnológicos mobilizáveis para as necessidades logísticas de defesa.

“Desenvolver o repertório de práticas e de capacitações operacionais dos combatentes, para atender aos requisitos de monitoramento/controlado, mobilidade

² Projeto em apreciação no Congresso Nacional.

e presença” e “Promover a reunião, nos militares brasileiros, dos atributos e predicados exigidos pelo conceito de flexibilidade” (BRASIL, 2012c) são ações capazes de desenvolver nos militares a habilidade de atuar em rede, dominar tecnologias de comunicações, monitoramento, controle e mobilidade, com treinamento “para abordar o combate de modo a atenuar as formas rígidas e tradicionais de comando e controle, em prol da flexibilidade, da adaptabilidade, da audácia e da surpresa no campo de batalha” (BRASIL, 2012c).

A integração entre os segmentos militar e civil pressupõe o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa:

As Forças Armadas deverão (...) estar habilitadas a aumentar rapidamente os meios humanos e materiais disponíveis para a defesa. Exprime-se o imperativo de elasticidade em capacidade de mobilização nacional e militar. (...) Sem que se assegure a elasticidade para as Forças Armadas, seu poder dissuasório e defensivo ficará comprometido. 22. Capacitar a Base Industrial de Defesa para que conquiste autonomia em tecnologias indispensáveis à defesa. (...) 23. (...) O Serviço Militar Obrigatório é uma das condições para que se possa mobilizar o povo brasileiro em defesa da soberania nacional. É, também, instrumento para afirmar a unidade da Nação, independentemente de classes sociais, gerando oportunidades e incentivando o exercício da cidadania. (...) 24. (...) A infraestrutura estratégica do Brasil deverá contemplar estudos para emprego dual, ou seja, atender à sociedade e à economia do País, bem como à Defesa Nacional (BRASIL, 2012c)³

“Toda a estratégia nacional repousa sobre a conscientização do povo brasileiro quanto à importância central dos problemas de defesa” (BRASIL, 2012c). Portanto, buscar parcerias com os segmentos civis da sociedade consiste dever dos comandantes de OM.

Existe estreita relação entre Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento:

1. Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. (...)
2. (...) Os recursos demandados pela defesa exigem uma transformação de consciências, para que se constitua uma estratégia de defesa para o Brasil (BRASIL, 2012c).

Cabe ao Ministério da Defesa (MD) esclarecer e convencer decisores e opinião pública sobre assuntos de defesa, destacando a Comunicação Social como “imprescindível instrumento de apoio à decisão nos

diversos níveis de planejamento político, estratégico, operacional e tático” (BRASIL, 2012c). Utilizar a Comunicação Social para produzir mentalidade de defesa no País é responsabilidade do comandante de OM.

2.1.4 Diretriz Geral do Comandante do Exército 2011-2014

A Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período 2011-2014 (BRASIL, 2011, p. 12) detalha procedimentos como a inovação tecnológica pela indústria nacional e a busca de recursos mediante parceria com outros órgãos.

Ela orienta para o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), por meio do Parque Tecnológico do Exército, racionalização de processos pela IMBEL, gerenciamento da cadeia produtiva de interesse da Força e busca de “apoio de órgãos governamentais de fomento de pesquisa e desenvolvimento” (BRASIL, 2011, p. 13 - 14).

No que toca à aproximação com o segmento civil da sociedade, recomenda: “Ampliar a integração do Exército à Nação”; “Valorizar a profissão militar”; e “Fortalecer a consciência de Defesa Nacional na sociedade”, e ainda: “intensificar as visitas de representantes do Poder Público, acadêmicos e formadores de opinião, de modo geral, a OM e áreas onde se faz marcante a presença do EB” (BRASIL, 2011).

Mais adiante, esta Diretriz orienta à utilização das redes sociais, para reforçar a sinergia com públicos e à criação de cursos para civis, contratação de professores civis de História Militar, busca de alinhamento entre pesquisas da pós-graduação, ampliação do intercâmbio com o meio acadêmico, “nas áreas da pesquisa científica, educação e cultura”, desenvolvimento de programa de divulgação da Cultura Organizacional (aos públicos interno e externo), identificação de áreas ou atividades logísticas que possam ser terceirizadas (BRASIL, 2011, p. 22).

Sobre mobilização, recomenda a adoção de um sistema com adequada elasticidade, que deverá identificar as necessidades e as disponibilidades de recursos e atualizar os planejamentos “nas áreas de saúde, transportes, telecomunicações, engenharia, manutenção, suprimentos, serviços e instalações” (BRASIL, 2011, p. 23).

Ainda o mesmo documento considera o Serviço Militar Obrigatório vetor de civismo e identificação do Exército Brasileiro (EB) com a Nação; recomenda sua ampliação com a criação de Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR), Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar (BRASIL, 2011, p. 26).

2.1.5 Livro Branco de Defesa Nacional

O Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2012a) torna público o pensamento do Estado Brasileiro sobre defesa. Sua ampla divulgação convida a sociedade

³ Essas pessoas, ao deixar o serviço ativo, terão internalizado obediência, iniciativa e capacidade de adaptar ordens à realidade; reunindo qualificação, rusticidade, domínio de tecnologias e práticas operacionais flexíveis. Esse naipe de profissionais é bastante valioso para o mercado de trabalho. Às OM, basta estabelecer e manter parcerias com os interessados em arranjos produtivos locais (APL), de modo a proporcionar ao militar temporário emprego civil tão logo deixe o serviço ativo.

a debater o tema. Elaborado com a participação da sociedade, o Livro Branco sugere a interação entre militares e civis nos temas mobilização, serviço militar e educação para a defesa.

Sobre a educação no âmbito da Defesa, destaca as Associações de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), por vezes apoiadas em instalações e pessoal das OM; o recém-criado Instituto Pandiá Calógeras, para “promover e participar de eventos sobre a temática da Defesa (...) e estimular a integração com o meio acadêmico”.

Com cursos para cobertura jornalística em áreas de conflito, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) passou a contribuir para desenvolver nos jornalistas uma mentalidade de defesa.

Ao promoverem eventos de Defesa envolvendo os meios acadêmico, tecnológico e industrial, as OM contribuem para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa, pois é necessária “uma relação profunda e estável entre a sociedade e o Estado”, em virtude de a evolução tecnológica e social afetarem as relações internacionais e o sistema brasileiro de defesa:

(...) é preciso compreender a conjuntura do presente, antecipar cenários futuros, identificar informações relevantes e traduzi-las em estratégia estatal baseada nas possibilidades e capacidades do complexo tecnológico-industrial de defesa e nos recursos militares disponíveis (BRASIL, 2012a).

“Para que haja um aumento de participação social em assuntos de defesa e segurança” há o Projeto Soldado Cidadão (PSC), o Programa Calha Norte (PCN), o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e o Projeto Rondon.

Qualificando profissionalmente os recrutas, o PSC facilita seu ingresso no mercado de trabalho. “A iniciativa existe desde 2004 e abrange todo o território nacional, já tendo beneficiado mais de 100 mil jovens” (BRASIL, 2012a) e a colocação profissional dos concludentes deste Projeto é de 67%. No entanto, o encaminhamento para o mercado, a parceria com empregadores, e o acompanhamento periódico de empregabilidade são melhorias não-sistematizadas que as OM podem preencher mediante o estabelecimento de parcerias.

Embora os cursos oferecidos considerem a demanda de trabalho regional e a preferência do jovem, a variedade de áreas de estudo e a quantidade de vagas são insuficientes para atender aos anseios dos jovens e à demanda do mercado local. Além disso, este projeto deixa de atender aos militares temporários com mais tempo de serviço e que também necessitam inserção no mercado de trabalho.

O PCN, criado em 1985, visa a ocupar e desenvolver a Amazônia, compreendendo recursos das Forças Armadas, e convênios com estados e prefeituras.

O Programa Calha Norte transcende o aspecto de vigilância da região Amazônica, de interesse político-estratégico. Trata-se de programa governamental e intersetorial, que envolve diversas agências estatais de considerável alcance social para os brasileiros (BRASIL, 2012a).

Situadas ou não na região amazônica, as OM que promovem eventos sobre “desenvolvimento sustentável da Amazônia” contribuem para desenvolver mentalidade de defesa.

O PROFESP visa a estimular a integração social por meio da prática esportiva. Como a OM disponibiliza infraestrutura, médico, dentista, coordenadores, transporte e monitores, o programa proporciona contato diuturno dos atletas adolescentes e de seus professores com os valores cultuados na caserna, constituindo poderosa ferramenta para desenvolvimento de mentalidade de defesa.

Criado em 1967, o Projeto Rondon viabiliza a participação de estudantes universitários em processos de desenvolvimento e cidadania municipais, proporcionando oportunidade de receber professores e alunos universitários que trabalhem para o bem-estar da população e para a eficiência da administração municipal, com apoio logístico das Forças Armadas. Ao proporcionar concentração, alojamento, alimentação, transporte local e segurança das equipes, e mesmo divulgando o Projeto para o meio acadêmico, a OM contribui para desenvolver mentalidade de defesa.

A produção acadêmica relacionada à Defesa Nacional aumentou a partir da criação da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED).

O incentivo para a abertura de espaço acadêmico à reflexão crítica sobre defesa e, conseqüentemente, à criação de condições institucionais necessárias às atividades universitárias pertinentes proveio, em boa medida, do florescimento do estudo e da pesquisa das relações internacionais (BRASIL, 2012a).

Reforçou-se a percepção de que o País não prescinde das relações entre Estados, induzindo a criação de cursos específicos sobre Defesa e de novas disciplinas nos cursos de Relações Internacionais e Ciência Política. Para aprimorar a pesquisa na área de Defesa, o MD e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) criaram o Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa), que estimulou a criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), estabeleceu diversos Centros de estudos de política e estratégia, o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) e promove anualmente um Congresso Acadêmico.

O Pró-Defesa foi criado, em 2005, mediante associação entre o MD e a CAPES, para: implantar redes de cooperação acadêmica no País na área de Defesa Nacional; estimular parcerias entre instituições de ensino

superior, centros de estudos estratégicos e instituições militares de ensino e pesquisa; e promover o diálogo entre especialistas, civis e militares, acerca de assuntos atinentes à Defesa Nacional, dentre outros objetivos.

A ABED, criada em 2005, é fruto do esforço de um conjunto de pesquisadores preocupados em consolidar a área de estudos relativos a ciência e tecnologia no âmbito da Defesa Nacional. Seu objetivo é “promover o intercâmbio de ideias, o debate de problemas pertinentes a esse campo de conhecimento e o desenvolvimento de iniciativas de interesse comum” (BRASIL, 2012a).

O Ministério da Defesa possui diversos centros de estudos, tais como o Centro de Estudos da Escola Superior de Guerra; o Centro de Estudo Político-Estratégico da Escola de Guerra Naval; o Centro de Estudos do Corpo de Fuzileiros Navais; o Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEEx); o Instituto Meira Mattos (IMM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército; e o Centro de Estudos Estratégicos da Universidade da Força Aérea, que contribuem para a integração entre a Defesa, o meio acadêmico e outros setores, mediante cursos, simpósios e outras atividades relacionadas à Defesa.

As atividades do PROANTAR também proporcionam parcela de contribuição ao desenvolvimento da mentalidade de defesa, porquanto são propostas e desenvolvidas por universidades e instituições de pesquisa, que produzem conhecimento científico e tecnológico sobre “mudanças ambientais na Antártida e seus impactos globais, monitoramento ambiental e estudos complementares sobre a fauna e a flora locais, entre outras” (BRASIL, 2012a).

Os Congressos Acadêmicos visam à interação entre alunos das escolas de formação de oficiais das Forças Singulares e estudantes universitários de todo o País, com duração média de uma semana, e compreendem “debates sobre temas de interesse nacional, atividades culturais e sociais” (BRASIL, 2012a).

Para a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional foram realizados seminários e foi promovido um concurso de artigos em que universitários tiveram a oportunidade de escrever sobre Defesa. Regularmente, o MD atende a solicitações de palestras sobre temas variados.

O desenvolvimento da indústria de defesa nacional e a independência tecnológica são indispensáveis para o equipamento das Forças Armadas e para o desenvolvimento nacional (BRASIL, 2012a). O MD e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) estão fazendo o levantamento da Base Industrial de Defesa (BID) com o objetivo de diagnosticar suas capacidades e potencialidades (BRASIL, 2012a).

A Base Industrial de Defesa (BID) é um conjunto de indústrias e empresas organizadas em conformidade com a legislação brasileira, que participam de uma ou mais das etapas da pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos

de defesa. Uma indústria de defesa competitiva e consolidada gera empregos qualificados e incentiva o desenvolvimento tecnológico com encadeamentos produtivos para outros setores da indústria (BRASIL, 2012a).

A participação da comunidade científica civil nos projetos militares, inclusive com transferência de recursos orçamentários da defesa racionaliza a condução de projetos de interesse da Defesa.

A interação entre instituições de pesquisa civis e militares, universidades e empresas é fundamental para integrar os esforços empresariais na criação de polos de alta tecnologia em variadas áreas (BRASIL, 2012a).

Em se tratando de desenvolvimento da macroeconomia, a indústria de defesa alavanca todos os demais setores de produção nacional:

A Defesa Nacional representa o “seguro” que o Estado brasileiro deve renovar permanentemente, com estabilidade, regularidade e previsibilidade, de forma a garantir um ambiente favorável ao pleno desenvolvimento econômico e social (BRASIL, 2012a).

2.2 Metodologia

Para estudar a participação das organizações militares no desenvolvimento de uma mentalidade de defesa no Brasil, selecionaram-se as variáveis “interações com o meio acadêmico” e “programas de desmobilização”, desde a adoção da Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005) até os dias atuais. Sua delimitação no espaço compreende as OM do Exército Brasileiro, bem como as guarnições (cidades) onde elas se situam.

O método adotado foi o qualitativo, por envolver descrições de situações, eventos, atitudes e interações de comportamentos pesquisados (MORESI, 2003, p. 69), tratadas em uma abordagem estruturalista, que visa a estudar as “relações interdependentes” e “subjacentes” dos fenômenos observados (THIRY-CHEQUES, 2006, p. 1-2).

Do referencial teórico, observou-se que, embora as iniciativas para estabelecer parcerias com o segmento civil da sociedade possam constituir casos isolados, no âmbito do Exército buscá-las é dever dos comandantes de OM.

Para a obtenção de resultados, foram levantadas iniciativas adotadas pelo 3º RCC e coligidos dados sobre iniciativas de outras OM, declarados por 159 militares e 79 civis, reunidos com o uso de ferramenta Google, complementados por correspondências eletrônicas e entrevistas com pessoas que participaram de algumas dessas interações.

Por fim, reuniram-se informações sumárias sobre as iniciativas consideradas passíveis de duplicação por outras OM.

2.3 Resultados

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa, agrupados sob dois tópicos: interações com o meio acadêmico e programas de desmobilização.

2.3.1 Interações com o meio acadêmico

Segundo Figueiredo (2013), “governos ouvem o que os acadêmicos dizem: acadêmicos influenciam políticas públicas!”. A partir da reativação do 3º RCC (2008), instituições de ensino superior foram convidadas a conhecer a OM:

(...) foram recebidos em Nosso Regimento acadêmicos de Engenharia de Computação e de Engenharia de Alimentos, em 17/03/2010, conduzidos pelo Prof. Dr. João Fernando Kravchychyn, todos da UEPG; acadêmicos de nutrição do CESCAGE, conduzidos pela Professora Damaris B. G. Leite e acompanhados pelo Ten EPHRAIN, visitaram nosso Serviço de Aproveitamento; (...) alunas do curso de Ciências Contábeis da UEPG estiveram no Escritório de Gestão e Projetos do Nosso Regimento para conhecer nosso Plano de Gestão e nossos processos gerenciais (MENDES, 2010).

Rodachinski (2010) elaborou seu trabalho de conclusão de curso tabulando dados dos testes de aptidão física (TAF) aplicados três vezes ao ano a todos os militares do Exército, com os mesmos exercícios e diferentes parâmetros de desempenho para cada faixa etária, dos quadros de trabalho semanais (QTS) de treinamento físico militar (TFM) — documentos em que o comandante da organização militar, assessorado pelo oficial de treinamento físico, determina que atividade deve ser executada por cada grupo de subordinados, conforme as peculiaridades da organização — e cardápios (documento em que o comandante da organização militar, assessorado pelo oficial aprovacionador, determina que alimentos serão preparados e servidos aos seus subordinados, a cada dia):

(...) foi realizado o trabalho de estudo de coorte⁴ no 3º Regimento de Carros de Combate na cidade de Ponta Grossa-PR, com uma amostra de 190 recrutas que deram entrada no Quartel no ano de 2010. As leituras feitas e o estudo realizado levam a crer que ainda faltam mais estudos a serem realizados com esta temática (RODACHINSKI, 2010).

No nível de especialização, Luciana Pires estudou as formas de comunicação interna no 3º RCC e elaborou, em 2010, a monografia “Práticas de gestão do conhecimento em uma organização militar”. Sobre os reflexos do tema escolhido, perante seus colegas de curso, ela diz:

⁴ O estudo de coorte é um tipo de estudo epidemiológico. O termo coorte é usado para descrever um grupo de indivíduos que têm algo em comum ao serem reunidos e que são observados por um determinado período para que se possa avaliar o que ocorre com eles (GILOLO, [2013]).

Vários debates ocorreram durante as aulas e foi possível constatar que o imaginário coletivo sobre a instituição ainda é negativo, porém a possibilidade de tornar uma organização do Exército Brasileiro em um objeto de estudo contribuiu para favorecer uma visão mais positiva da instituição frente a este público (PIRES, 2013).

Quanto ao mestrado, Lima (2012) propôs um modelo matemático para o apoio à decisão no transporte multimodal das VBC CC Leopard IA5 BR “a partir de um determinado cenário, com menor custo e/ou tempo”.

Segundo Lima (2013b), iniciativas como essa contribuem para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa porque “segmentos da sociedade, externos a assuntos militares, envolvem-se na tentativa de melhorar esses mesmos procedimentos e ações sob o viés não militar.” Ele sugere:

Que iniciativas como essa sejam incentivadas tanto no meio acadêmico, como empresarial e principalmente pelas Forças Armadas, criando em seus Centros de Estudos e nas próprias OM espalhadas pelo Brasil mecanismos de motivação para estudantes e pesquisadores (LIMA, 2013b).

Por outro lado, Colmenero (2013) entende que “o estudo de temas relacionados a inteligência, estratégia e defesa nacional seja uma atribuição e uma responsabilidade das Forças Armadas”, embora concorde que a implantação de mentalidade de defesa por meio de estudos e pesquisas possa ocorrer “conduzido pelo setor militar, civil ou conjuntamente” dependendo dos “objetivos e interesses dos envolvidos”. E prossegue:

Se o trabalho não está inserido em um contexto maior então o mesmo tende a não ser continuado. A realização de trabalhos isolados (por exemplo, mestrado) não é suficiente para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa (COLMENERO, 2013).

Naturalmente, a ideia de um programa mais amplo e permanente ter mais efetividade não exclui os benefícios dos estudos isolados: Colmenero sugere que a integração entre as Forças Armadas e a universidade ocorra mediante

[...] projetos de pesquisa com bolsas para estudantes militares e civis e pesquisadores envolvidos, verba para aquisição de softwares e microcomputadores e custeio (material de consumo, passagens e diárias). Esses projetos deveriam estar associados a um núcleo/grupo de pesquisa em estratégica (COLMENERO, 2013).

Em se tratando do doutorado, foi acordada com o Prof. Dr. Roberto Artoni, da UEPG, a intenção de desenvolver estudo a respeito da ocorrência de síndrome metabólica⁵ tomando por base militares voluntários do 3º

⁵ A síndrome metabólica é caracterizada pela associação de fatores de risco para

RCC (PILEGGI, 2010). O diferencial desse estudo estaria no isolamento natural de variáveis intervenientes pois, após selecionado sob os mesmos critérios a cada ano, o grupo é submetido aos mesmos cardápio e atividades físicas.⁶

Da pesquisa com a ferramenta Google, 28% dos civis e 34% dos militares dizem conhecer alguma produção acadêmica que contribua para a mentalidade de defesa, versando sobre “operações de paz”, “tecnologia e defesa”, “engenharia de defesa”, “defesa e estratégia”, “sociologia das Forças Armadas”, “infraestrutura econômica e social”, “mobilização e equipamento do território” e “cartografia”, envolvendo ECEME, IME, CCOMSEx, EsAO, MD, 13º BIB, HGeC, 3º RCC, “as OM das guarnições do Rio de Janeiro, de Santa Maria e de São Paulo”, CTMSP (Marinha), ESG (MD) e outras instituições. As IES mencionadas foram: UFJF, UNICAMP, USP, FAAP, UFF, FGV, FIAMA, Universidade de São Carlos, PUC-Rio, UFRJ, UFMG, UNESP, UFRRJ, UEPG, UTFPR ESG, ECEME e IME, com participação das ADESG e AORPG.

2.3.2 Programas de desmobilização

O 3º RCC elaborou dois projetos voltados à desmobilização de militares temporários: o “Profissional Soldado” (PROS) e o “Reservista Legal”.

Tendo ouvido em diversas ocasiões que a principal causa de demissão na atualidade não se deve a deficiência técnica, mas de atributos ditos “da área afetiva”, entendo que o Exército pode contribuir para o estabelecimento e o fortalecimento desses valores, naturalmente disseminados ao recruta desde há muitos anos (MENDES, 2010).

No PROS, que não teve continuidade, os participantes passariam por seleção de emprego ainda na ativa, de modo a iniciar atividade profissional civil no dia seguinte ao seu licenciamento.

A experiência toma por base parceria estabelecida entre a Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (FINDES) e o 38º Batalhão de Infantaria (Vitória-ES), nas pessoas de Augusto Henrique Brunow Barbosa (Presidente do CONPTEC⁷/FINDES), e do Coronel José Otávio Gonçalves (então Comandante do Batalhão) e encontra estímulo no CENE/ACIPG que, nas pessoas de Fabiano Henrique Stadler de Castro e de Ingrid Cristina Robaszkievicz têm os verdadeiros executivos do projeto (MENDES, 2010).

as doenças cardiovasculares (ataques cardíacos e derrames cerebrais), vasculares periféricas e diabetes, tais como: intolerância à glicose, hipertensão arterial, níveis altos de colesterol ruim (LDL), aumento dos níveis de triglicérides, obesidade e outros (VARELLA, 2011).

⁶ Esta interação de estudos de certa forma também se presta ao desenvolvimento da mentalidade de defesa no universo biomédico civil.

⁷ CONPTEC é a sigla do Conselho Superior de Assessoria Técnica em Política Industrial e Inovação Tecnológica, da FINDES.

O “Reservista Legal” aproveita conteúdos ministrados na instrução militar, nos módulos de cursos à distância e nas atividades presenciais, de modo que não há ônus nem para a organização militar e nem para o soldado.

Segundo Lemes (2013), 350 soldados já concluíram o projeto e outros 150 serão formados no corrente ano. Dos 80 participantes de 2010, 71 estavam empregados em menos de dois meses; os demais não tiveram interesse nas vagas oferecidas. “Em 2011, os números eram: 82 trabalhando como aprendiz (Vide Lei 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem), 06 apenas dedicando-se ao ensino superior, 18 com retorno para a cidade de origem e 14 não demonstraram nenhum interesse nas vagas ofertadas” (LEMES, 2013).

A associação dos valores da caserna com os conhecimentos específicos oferece vantagem competitiva considerável a esses jovens, ao disputarem vagas no mercado de trabalho:

Além de todo o conteúdo aplicado pelo Exército Brasileiro, as noções de empregabilidade, relações interpessoais e de empreendedorismo trabalhadas no projeto são um diferencial na entrevista de emprego. As empresas procuram o IMM⁸ antecipadamente para garantir a seleção desses jovens imediatamente após sua baixa já sabendo da existência do projeto. Para o ano de 2013, a desafio será levar os gestores de RH dentro do Regimento antes da baixa para que já sejam feitas as entrevistas e testes vocacionais (LEMES, 2013).

O projeto vem recebendo melhorias a cada ano, como a instalação de uma sala virtual no quartel, com computadores doados pelo setor produtivo:

Ao todo, cinco conteúdos são aplicados, com aulas presenciais e on-line, com duração de 60 horas. Os conteúdos on-line são aplicados na Sala Virtual Mundo Melhor do 3º RCC, que também estará aberta aos familiares dos soldados interessados em realizar os cursos on-line da plataforma IMM (INSTITUTO MUNDO MELHOR, 2013).

Uma das novidades para 2013, no 3º RCC, será a apresentação das empresas aos participantes e a seleção para o emprego em um evento organizado dentro do quartel, antes da baixa.

“O Projeto Reservista Legal vem complementar o trabalho realizado dentro do quartel com a capacitação, porque nós temos a função de preparar o cidadão para o retorno à vida civil e o seu ingresso no mercado de trabalho. Durante o serviço militar, são fortalecidos os valores e as responsabilidades, que o cidadão leva para o resto da vida”, destacou o tenente coronel Murga (INSTITUTO MUNDO MELHOR, 2013).

⁸ O Instituto Mundo Melhor (IMM) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) que tem por missão fortalecer a rede social empresarial, construindo alianças estratégicas entre empresas, governos e organizações do terceiro setor, na perspectiva de apoiar as políticas públicas existentes em âmbito regional.

As atividades presenciais consistem em assistir a uma sessão da Câmara Municipal, palestras com representantes da Associação Comercial, do INSS, “que abordou, durante os dois dias, o programa de educação previdenciária, onde esclareceu dúvidas sobre os benefícios e processos da previdência social” (INSTITUTO MUNDO MELHOR, 2012a), da Agência do Trabalhador, e de outras instituições locais que contribuam para ampliar nos participantes a compreensão sobre cidadania, setor produtivo e empregabilidade.

Os participantes vão muito além da parte teórica, eles receberam semanalmente informações direcionadas aos vários âmbitos do trabalho, aperfeiçoaram alguns talentos, tudo isso como forma de preparação para depois serem encaminhados ao mercado de trabalho, seja através do programa Aprendiz Legal, estágio ou primeiro emprego (INSTITUTO MUNDO MELHOR, 2012d).

A temática do dia, empregabilidade e aspectos do mercado de trabalho, foi aplicada por Antônio Laroca Neto. (...) Os soldados que participam do Reservista serão aqueles que darão baixa no final do ano, e com o curso, eles têm mais uma forma de capacitação profissional e chance de encaminhamento para o mercado de trabalho (INSTITUTO MUNDO MELHOR, 2012c).

Os soldados (...) participaram de uma atividade com Marcelo Toti, da Spaipa, que abordou temas como empregabilidade e oportunidades no mercado de trabalho (...) aprenderam sobre o funcionamento do projeto (...) Além de receberem aulas direcionadas os participantes terão três formas de encaminhamento ao mercado de trabalho, seja através do programa Aprendiz Legal, estágio ou primeiro emprego (INSTITUTO MUNDO MELHOR, 2012b).

Da pesquisa com a ferramenta Google, 28% dos civis e 52% dos militares relatam conhecer algum projeto que facilite reinserir o militar temporário no mercado de trabalho, mas a maioria relata tratar-se do PSC.

2.4 DISCUSSÃO

A análise dos resultados mostra que, embora existam algumas iniciativas isoladas, as organizações militares não vêm explorando plenamente seu potencial para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa.

De Francisco (2013) entende que as interações com o meio acadêmico ainda dependem de interesse pessoal de comandantes, professores e alunos, estando longe de uma interação institucional.

Colmenero (2013) assevera que os estudos envolvendo defesa sofrem restrição devido a sua natureza sigilosa, e entende que a interação com a academia deve ser iniciativa do Exército.

Os projetos de reinserção de militares temporários no mercado de trabalho dependem da

realização de cursos que preparem essas pessoas para o exercício de atividade de natureza civil. Existem alternativas de baixo custo passíveis de duplicação, como a desenvolvida pelo Instituto Mundo Melhor. De acordo com Barbosa (2010), os empregadores, em geral, dão preferência ao ex-militar, em virtude dos valores internalizados, que, em amplo espectro, representam o Exército e a mentalidade de defesa.

As interações com a indústria a partir da empregabilidade de ex-militares são de fácil duplicação, mas o apoio às pesquisas industriais depende da identificação de interesses a atender, além de não trazer resultados em curto prazo. De qualquer forma, o diálogo com a indústria, em um ambiente cooperativo, deve ser estimulado para favorecer o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa.

2.4.1 Fatores que favorecem

Da pesquisa com a ferramenta Google⁹, os militares entendem que as características que favorecem a aptidão da OM para influenciar o meio social compreendem: ser estabelecimento de ensino, aberta à visitação, um dos principais empregadores na guarnição, ministrar cursos para civis, incorporar recrutas, atuar em ações subsidiárias, possuir NPOR, associação ex-integrantes e amigos e haver estabelecimento de ensino de nível superior na guarnição.

Para civis e militares, as OM que mais contribuem para a mentalidade de defesa são as de ensino, operacionais, fabris, logísticas e administrativas; comandadas ou não por oficial-general; em cidades de variadas características fisiográficas, demográficas e econômicas; e em todos os comandos militares de área. Portanto, observa-se que qualquer OM pode contribuir para a mentalidade de defesa.

Corroborando com esse pensamento de qualquer OM poder contribuir para desenvolver mentalidade de defesa a percepção sobre os objetivos imediatos dos projetos das OM que, para os civis, são capacitar civis em assuntos de defesa (17%), reinserir ex-militares temporários no mercado de trabalho (17%) e valorizar a profissão militar (14%); já para os militares destacam-se os objetivos: enaltecer a participação da OM ou de seus integrantes em ações subsidiárias (16%), valorizar a profissão militar (12%), desenvolver pesquisas acadêmicas em assuntos de defesa (11%) e capacitar civis em assuntos de defesa (11%).

Como iniciativas mais facilmente duplicáveis, muitos militares sugeriram palestras, Ações Cívico-Sociais (ACISO) e estreitamento de laços com ex-integrantes da OM; alguns destacaram a inserção de militares da ativa no meio acadêmico (docente ou discente); e diversos

⁹ A ferramenta Google aqui mencionada consiste do envio de mensagem eletrônica com o link de um questionário online, elaborado pelo autor, com questões objetivas e/ou subjetivas, cujas respostas recebem tratamento estatístico simples disponibilizado pela empresa Google ao autor, sem custo.

consideraram ser fácil preparar militares temporários para o mercado de trabalho. Como condicionantes principais, destacaram a vontade, a personalidade e o engajamento pessoal do comandante. Houve ainda a observação de “Facilita muito se a OM dispuser de NPOR”.

Os civis consideraram passíveis de duplicação palestras, exposições, publicação de livros e de artigos em revistas especializadas, preparação do militar temporário para o mercado de trabalho, ACISO, visitas às OM, operações subsidiárias, inserção no meio acadêmico, cursos de correspondentes de assuntos militares. Como condicionantes essenciais, os civis consideraram de fundamental importância uma liderança com perfil articulador, a vontade e a iniciativa dos comandantes de OM.

2.4.2 Outras ideias

Das contribuições apresentadas pelos respondentes, seguem-se as principais ideias.

i) Apresentadas por militares

Desenvolver uma mentalidade de defesa deveria ser um dos principais objetivos estratégicos das Forças Armadas; e a boa reputação do militar favorece o entendimento que defesa contribui para fortalecer outros setores da vida nacional.

O Serviço Militar induz essa mentalidade, desenvolvendo anualmente esse sentimento nos militares temporários que, em tese, destacam-se nos diversos grupos sociais a que pertencem. Se assuntos relacionados ao desenvolvimento dessa mentalidade constassem dos Programas-Padrão de Instrução Individual, poder-se-ia conscientizar o recruta de seu papel como multiplicador de uma verdadeira mentalidade de defesa.

A interação com o meio acadêmico pode ir além das OM de ensino, compreendendo as operacionais e de saúde e seus integrantes. Também se pode explorar outras áreas de conhecimento, como a Liderança, em torno da qual pode ser criado um Centro de Liderança do Exército e mesmo uma Universidade do Exército, núcleos de excelência para maior interação com a sociedade.

ii) Apresentadas por civis

A credibilidade desfrutada pelo Exército Brasileiro junto à sociedade deve ser aproveitada como indutora não só da cidadania, mas também como fator de desenvolvimento da mentalidade de defesa.

A temática “defesa dos cidadãos e dos recursos naturais e econômicos” é um excelente vetor para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa. Portanto, as OM podem explorá-la, sempre que oportuno, nos meios acadêmico e social.

É desejável a preocupação contínua com a mentalidade de defesa, especialmente em um país como o nosso: pacífico e lastreado na diplomacia. Civis e militares trabalharem juntos, cada um com seus conhecimentos, experiências e mesmos propósitos, seria ótimo.

“Comunicação” é a palavra-chave.

A experiência que vivi, ao desenvolver uma pesquisa englobando conhecimentos militares e civis deve, sim, ser repetida e/ou melhorada, com abertura das unidades militares para os civis de uma forma natural e espontânea, dentro dos limites seguros para a defesa nacional (LIMA, 2013a).

As OM encerram um potencial de aprendizes dentre os novos soldados; muitos deles retornam à vida civil sem formação profissional e, desempregados, tornando-se socialmente vulneráveis perante o crime. Se incutidos da sua importância como cidadãos na defesa dos interesses nacionais, mesmo como civis, é provável que essa vulnerabilidade se atenuar.

Para os civis, “Oficiais do Exército devem, de vez em quando, escrever artigos para a Imprensa relacionando civismo e defesa, participação e cidadania” pois “não estamos considerando apenas invasão de território, mas uma defesa mais ampla da própria sociedade que é realizada (pelo Exército) e não devidamente mostrada”.

3 CONCLUSÃO

A simples aproximação das Forças Armadas com a sociedade já contribui para o desenvolvimento de uma mentalidade de defesa. No entanto, os documentos que orientam a Defesa no Brasil oferecem grande variedade de temas a explorar junto ao público externo, favorecendo a unidade de pensamento em torno do tema.

No bojo desses documentos, fica evidente que as OM podem contribuir de forma enfática para desenvolver mentalidade de defesa junto à sociedade, particularmente considerando-se os seguintes aspectos:

- a. Exploração da imagem do militar como profissional diferenciado, como uma “franquia social”, pelos valores que internaliza na caserna, tais como responsabilidade, espírito de equipe e sentimento do dever;
- b. Promoção de eventos que tragam assuntos de Defesa à discussão pela sociedade;
- c. Estímulo à produção científica em assuntos que envolvam logística militar: a produção industrial de armamento, de viaturas, de uniformes e equipamentos, de alimentos e de materiais de saúde de campanha, bem como de produtos duais;
- d. Apoio a pesquisas e desenvolvimento na área de simulação e de treinamento baseado em computadores;
- e. Apoio a pesquisas na área da genética, do comportamento e da saúde, que, aplicadas a voluntários prestando o serviço militar excluem uma série de variáveis intervenientes, pela homogeneidade entre os indivíduos (selecionados sob os critérios do Serviço Militar, submetidos à mesma alimentação e às exigências físicas idênticas);
- d. Aproximação da ABED e oferta de temas para pesquisas;

e. Divulgação do PROANTAR no meio acadêmico;

f. Divulgação dos congressos militares sobre Defesa no meio acadêmico;

g. Apoio à implementação de ciência e tecnologia em produtos e serviços de Defesa;

h. Estímulo ao cadastro de empresas na BID, sua associação à Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), e divulgação de notícias do Comitê da Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa (COMDEFESA);

i. Divulgação da Lei no 12.598, de 22 de março de 2012, que estabelece normas especiais de incentivo à área estratégica de Defesa;

j. Divulgação da existência de polos tecnológicos e estímulo à criação de empresas e de pesquisas voltadas para a defesa, destacando-se o alto valor agregado dos produtos de defesa e a segurança que representam para o setor produtivo;

k. Disseminação da ideia de que os recursos da expressão militar compreendem pessoas com ou sem experiência militar, equipamentos e instalações não exclusivamente militares também, e o desenvolvimento de tecnologias em variados campos da ciência;

l. Disseminação da ideia de que Defesa não é assunto de interesse exclusivo dos militares, mas de todos os cidadãos; e

m. Aproximação, pelos militares, das instituições de governo (não apenas federal), da indústria (não apenas de defesa) e do meio acadêmico (não apenas *stricto sensu* de defesa).

Das experiências do 3º RCC e de outras OM, relatadas por militares e civis, nota-se que qualquer OM possui características que favorecem a interação com os segmentos civis da sociedade.

Por fim, conclui-se que as iniciativas aqui relacionadas dependem muito do interesse dos comandantes em aproveitar oportunidades para atuar nas áreas de influência de suas OM, no sentido de difundir a mentalidade de defesa.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, O. [Entrevista]. Entrevistador: Piraju Borowski Mendes. Ponta Grossa. 2010. Entrevista concedida ao autor por esse coordenador do Instituto Mundo Melhor.

BRASIL. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional (PDN). Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. **Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008**. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa (END). Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 18 fev. 2013.

BRASIL. Exército. **Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período 2011-2014**. Em vigor desde 2011. Brasília, DF: Comando do Exército, 2011. Disponível em: <<http://pt.calameo.com/read/001238206ec65cf83c77b>>. Acesso em: 22 fev. 2013.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012a. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

_____. **Política Nacional de Defesa (PND)**. Texto enviado ao Congresso com a Mensagem Presidencial nº 323, de 17 de julho de 2012. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012b. Disponível em: <<http://defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/pnd.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

_____. **Estratégia Nacional de Defesa (PND)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012c. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/nd.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

COLMENERO, J. C. **Resposta a questionário formulado pelo autor por esse professor da UTFPR**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <coronelborowski@hotmail.com> em 18 ago. 2013.

DE FRANCISCO, A. C. [Entrevista]. Entrevistador: Piraju Borowski Mendes. Ponta Grossa, 23 jul. 2013. Entrevista concedida ao autor por esse coordenador de pós-graduação da UTFPR.

FIGUEIREDO, P. N. **Gestão da inovação**. Aula do MBA Executivo FGV in Company em 5 set. 2013. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

GIOLO, S. R. **Análise de Dados Categóricos**. Brasília, DF: Ministério da Justiça, [2013]. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/conteudo/index.php?id_

INSTITUTO MUNDO MELHOR (IMM). **INSS desenvolve atividades com Reser-vistas**. [S. l.]: IMM, 2012a. Disponível em: <<http://institutomm.com.br/noticia.php?id=101>>. Acesso em 24 ago. 2013

_____. **Projeto Reservista Legal chega ao terceiro ano**. [S. l.]: IMM, 2013. Disponível em: <<http://institutomm.com.br/noticia.php?id=155>>. Acesso em 24 ago. 2013

_____. **Reservista Legal inicia aulas.** [S. l.]: IMM, 2012b. Disponível em: <<http://institutomm.com.br/noticia.php?id=91>>. Acesso em 24 ago. 2013.

_____. **Reservista Legal tem atividade sobre mercado de trabalho.** [S. l.]: IMM, 2012c. Disponível em: <<http://institutomm.com.br/noticia.php?id=93>>. Acesso em 24 ago. 2013

_____. **Reservista Legal tem turma com mais de 100 jovens.** [S. l.]: IMM, 2012d. Disponível em: <<http://institutomm.com.br/noticia.php?id=108>>. Acesso em: 24 ago. 2013

LEMES, E. C. **Resposta do Instituto Mundo Melhor a questionário formulado pelo autor.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <coronelborows-ki@hotmail.com> em 22 ago. 2013.

LIMA, L. C. S. **Proposta de um método de análise da viabilidade dos modais para o transporte do carro de combate VBC Leopard IA5BR.** 2012. 108 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2012.

_____. **Resposta a formulário do Google.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <coronelborowski@hotmail.com> em 12 ago. 2013a.

_____. **Resposta a questionário formulado pelo autor.** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <coronelborowski@hotmail.com> em 14 ago. 2013b.

MENDES, P. B. **Nosso Regimento: história do 3º Regimento de Carros de Combate** (Rio de Janeiro, 1944 – Ponta Grossa, 2010). Ponta Grossa: Do autor, 2010

MORESI, E. **Metodologia da Pesquisa.** Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, mar. 2003. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2013.

PILEGGI, M. **Incidência da Síndrome Metabólica em militares do 3º Regimento de Carros de Combate: uma abordagem genético-epidemiológica com vistas à saúde e à qualidade de vida. Concordância e compromisso com a execução do projeto. Declaração do Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Biologia Evolutiva.** Ponta Grossa: Associação Ampla entre a UEPG e a UNICENTRO, 2010.

PIRES, L. R. A. **[Entrevista].** Entrevistador: Piraju Borowski Mendes. Rio de Janeiro, 21 ago. 2013. Entrevista concedida ao autor.

RODACHINSKY, E. **Análise do desempenho de militares durante a realização de Testes de Aptidão Física.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em E-ducação Física)- UniCentro, Guarapuava, 2010.

THIRY-CHERQUES, H. R. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências de gestão. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 137-156, abr./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552006000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 jun. 2013.

VARELLA, D. **Síndrome metabólica.** [S.l.: s.n.], 2011. Disponível em: <drauziova-rella.com.br/envelhecimento/sindrome-metabolica/>. Acesso em: 21 set. 2013. %8DSTICAS%2FConceitos+Estat%C3%ADsticos/Estudo+de+Coorte>. Acesso em 21 set. 2013

Recebido em 25 de setembro de 2013

Aprovado em 13 de agosto de 2015